

ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência dá conhecimento ao Plenário dos seguintes atos:

“ATO DA PRESIDÊNCIA N. 15-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao senhor deputado Altair Guidi, por um período de sessenta dias, a contar de 24 de abril do corrente ano, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de abril de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente" [sic]

"ATO DA PRESIDÊNCIA N. 11-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sandro Daumiro da Silva, 1º Suplente do Partido Popular Socialista, PPS, para ocupar cadeira de deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do deputado Altair Guidi, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de abril de 2014.

(b) Deputado Joares Ponticelli
Presidente" [sic]

"ATO DA PRESIDÊNCIA N. 012-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Claudir Maciel, 2º suplente do Partido Popular Socialista - PPS - para ocupar cadeira de deputado neste Poder, por declínio do 1º suplente, em decorrência do afastamento do deputado Altair Guidi para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 24 de abril de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente em exercício" [sic]

"ATO N. 013-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Aparecido Voltolini, 3º suplente do Partido Popular Socialista - PPS - para ocupar cadeira de deputado neste Poder, por declínio do 2º suplente, em decorrência do afastamento do deputado Altair Guidi para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli

Presidente em exercício"[sic]

O deputado Taxista Voltolini já prestou juramento neste Poder e, assim, não há necessidade de repeti-lo. Portanto, já está empossado.

Então, convido imediatamente o deputado Taxista Voltolini para assomar a tribuna e fazer uso da palavra, por dez minutos.

É uma alegria tê-lo nesta Casa, uma figura comunicativa, simpática, aberta. Boas-vindas!

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é com muita alegria e satisfação que assumo novamente pela terceira vez essa cadeira na Assembleia Legislativa, representando o Partido PPS.

Inicialmente, quero agradecer a Deus e a minha família que sempre esteve ao meu lado. Agradeço ao deputado Altair Guidi; aos suplentes, Sandro Silva e Claudir Maciel, por permitirem que eu ocupe uma cadeira nesta Casa. Um agradecimento especial aos eleitores do médio vale e de todo estado que confiaram em mim. Agradeço também ao sindicato dos taxistas de todo estado, à categoria que me orgulho de representar e a toda imprensa de Santa Catarina.

Quero, por fim, registrar o meu orgulho e a satisfação que tenho de, pela terceira vez, sendo um taxista, exercer um mandato de deputado estadual em Santa Catarina, o que certamente é motivo de alegria para a classe que represento e defendo.

Neste período quero estar presente em todas as sessões, participar ativamente dos trabalhos legislativos, nestes próximos 60 dias, certamente, apresentarei indicações, projetos, visando interesse da grande comunidade do médio vale do Itajaí e de toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Taxista Voltolini, gostaria de dizer a v.exa., que acaba de assumir uma cadeira nesta Casa, que é uma honra receber neste Parlamento uma pessoa que se sente engrandecida por representar uma categoria. Acho que os taxistas, neste momento, estão orgulhosos de terem um representante aqui na Casa do Povo.

V.Exa. já voltou a este Parlamento algumas vezes e com certeza com merecimento. Então, queremos parabenizá-lo em nome da bancada do PMDB e desejar muito sucesso e êxito na campanha que se aproxima para que v.exa. possa representar, de fato e de direito, a sua categoria.

(Fala fora do microfone.)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Também quero parabenizar o colega, Taxista Voltolini, que novamente assume uma cadeira neste Parlamento. Uma pessoa simples que está aqui representando, com muito carinho, a categoria dos taxistas e uma região, uma comunidade do estado. Devoto de Nossa Senhora Aparecida, o deputado se sente protegido nas caminhadas pelo estado afora.

Quero desejar uma boa estada nesta Casa. Vamos construir juntos alguns debates e projetos na Casa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria apenas de cumprimentar o deputado Taxista Voltolini que voltou a esta Casa. Quero destacar sua humildade, seu coleguismo. Ele chega com seu ânimo, com sua alegria e certamente vai contribuir para o Parlamento. Seja bem-vindo!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado sr. presidente, srs. deputados, em nome do PP e da bancada desejo as boas-vindas ao deputado Taxista Voltolini e temos certeza de que esse plenário fica mais alegre com a sua presença, pois sua simpatia nos transmite otimismo.

E não temos dúvida de que é importante sua participação nesta Assembleia Legislativa, até porque v.exa. é atuante e, certamente, vai contribuir para as reivindicações do vale do Itajaí e para o estado de Santa Catarina. Portanto, seja bem-vindo ao nosso meio, deputado Taxista Voltolini.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Também, quero dar as boas-vindas ao colega parlamentar da nossa região, do médio vale do Itajaí, ao sr. Taxista Voltolini, somando conosco as lutas para aquela região tão importante para o estado de Santa Catarina.

E sempre destacando, como falaram os meus colegas, a forma carinhosa, generosa e cativante com que v.exa. conquistou os parlamentares desta Casa, mas também a equipe de servidores da Assembleia Legislativa. Assim, as boas-vindas ao nosso colega que retorna a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Após as manifestações de apoio e de reconhecimento ao deputado Taxista Voltolini, desejamos que esses 60 dias sejam muito frutíferos nesta importante caminhada.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGETNO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs.

deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e público aqui presente nesta manhã de quinta-feira.

Queria também saudar o retorno do deputado Taxista Voltolini a esta Casa e parabenizá-lo pela posse, mesmo que temporária é importante para a sua vida, para a região do médio vale do Itajaí, de onde é originário, reside e trabalha. Assim, saúdo v.exa. e digo que é bom tê-lo como vizinho, não apenas como originário do referido vale, no meu caso lá da ponta de cima, no alto vale do Itajaí.

Quero falar, hoje, sobre um fenômeno que se tem agudizado na sociedade catarinense, brasileira e mundial: a ascensão à intolerância. Em termos mais clássicos poderíamos falar de uma nova ascensão do fascismo em escala global, mas também em nosso país e em Santa Catarina.

Como pano de fundo usarei a matéria do jornal *Notícias do Dia* de hoje que trouxe sobre esse assunto e que foi publicada no dia de ontem. Na página quatro do referido jornal de hoje, consta:

(Passa a ler.)

"Professor diz que irá até o fim.

César Régis registra queixa contra três pessoas que agrediram sua família dentro de casa.

Não bastassem as agressões contra ele e os filhos Rafaela, 10 anos, e Iago, 14, o professor aposentado César de Medeiros Régis, 63 anos, peregrinou pelas delegacias de polícia de Florianópolis para ser atendido. Régis acusa dois irmãos e um amigo de entrarem em sua casa, no Pântano do sul, e espancaram ele e os filhos. 'Eles cismaram que fui eu quem chamou a Polícia Militar para acabar com a farra do boi que ocorria no campinho de futebol no acesso à praia dos Açores (Sul da Ilha)', disse. Os agressores invadiram a casa do professor na madrugada de sábado.

De acordo com a vítima, os três agressores são pessoas de má índole e com antecedentes policiais. Régis está decidido a ir até o fim. 'Eles não sabem com quem mexeram. Machucaram meus filhos, isto jamais vou admitir', afirmou.

Depois de recobrar os sentidos com o rosto ainda sangrando - os filhos foram levados para o hospital por amigos -, o professor foi à 2ª DP do Saco dos Limões registrar boletim de ocorrência, mas o policial de plantão perguntou se ele conhecia os agressores. Diante da negativa e por ser impossível o IML (Instituto Médico Legal) fazer exame de corpo de delito no feriado, o agente teria pedido ao professor para retornar outro dia.

O enteado da vítima ficou indignado com o descaso da polícia e denunciou a covardia nas redes sociais. Na terça-feira, o jornal *Notícias do Dia* conversou com o professor. Quando falava das agressões sofridas pelos filhos, ele se emocionou. 'Um dos covardes levantou Rafaela pelos cabelos e a lançou a uns três metros de distância. Meu outro filho também foi brutalmente agredido na cabeça', contou.

Depois de falar ao jornal e denunciar que os agressores são reincidentes por espancar indefesos, o professor passou na 2ª DP do Saco dos Limões e conseguiu registrar o boletim de ocorrência. Na manhã de ontem, o delegado Tiago Costa disse que pelo fato de ter vítimas adolescentes, o caso foi repassado para a 6ª DP, Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente. À tarde, o delegado da 6ª DP, Ricardo Guedes, entrou em contato com o professor para se inteirar dos fatos."

Então, o professor César de Medeiros Régis é um velho militante da Grande Florianópolis, foi professor do Colégio Getúlio Vargas, durante muito tempo, foi também professor, inclusive diretor, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Um militante, histórico, de Florianópolis, sobre o qual suponho que e não tenho nenhuma dúvida de que ele não denunciou ninguém, não chamou a polícia por causa de farra do boi em hipótese alguma, mas em virtude de terem suposto que teria sido ele a telefonar para a Polícia Militar para que a Polícia Militar interviesse no momento de uma prática de farra do

boi no Pântano do Sul, três sujeitos entraram na sua residência.

Aliás, a matéria de ontem no jornal *Notícias do Dia* conta que umas 15 pessoas arrombaram, forçaram, o portão da casa do professor César Medeiros e três entraram. E agrediram de forma violenta tanto o professor quanto os seus dois filhos, uma menina de dez anos que foi segurada pelos cabelos e foi atirada longe. E o menino de 14 anos sendo espancado na cabeça. Possivelmente não morreram porque uma vizinha entrou na casa gritando para os sujeitos pararem com a agressão.

O professor ficou desmaiado. O professor César de Medeiros foi presidente do PSOL nos últimos anos, não por isso, qualquer cidadão precisa ter o direito de sua integridade física especialmente quando não está envolvido na situação em questão, mas no aconchego do lar com os seus filhos na noite de sábado para domingo de Páscoa, organizando o jantar.

E outro elemento que quero abordar, e que o jornal traz na matéria, é justamente a falta de estrutura das instituições. Não quero culpar nenhum policial civil, deputado Maurício Eskudlark, e nem o farei, nem o delegado ou o agente, porque a realidade é essa mesmo.

O Instituto Médico Legal também não tem ninguém para fazer um laudo no final de semana, em qualquer feriado. A ordem é esperar para o próximo dia útil.

É absurda essa falta de estrutura da Segurança Pública, das instituições públicas em geral, porque encoraja, incentiva o mal feito.

Nós queremos nos solidarizar com o professor César de Medeiros Régis, não apenas por ser militante e do PSOL, mas por ser um cidadão deste estado, do país e do mundo, e que precisa ser respeitado na integridade do seu lar junto com a sua família.

É preciso que as instituições sejam reforçadas para que possam efetivamente, no menor prazo possível, coibir essas formas de atitudes, que tem generalizado-se, deputado Ismael dos Santos. A intolerância no seio da sociedade é cada vez

maior. Setores da opinião pública têm refletido sobre isso, e inclusive de forma preocupada e sincera, outros incentivam. É a intolerância como prática do dia a dia.

A saída para isso, na minha avaliação, só tem uma, é fortalecer as instituições públicas em geral, as instituições de segurança especificamente, porque é evidente que em qualquer sociedade civilizada, não quero criticar ninguém, as polícias teriam que estar preparadas para agir e atuar na mesma noite, e não mandar o cidadão embora para voltar no próximo dia útil, que seria três ou quatro dias depois. Isto vale para o IML, para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, não terem estrutura para socorrer a sociedade quando sofre um aviltamento dessa natureza. E eu repito, não é crítica a ninguém especificamente, é uma avaliação que nós todos precisamos fazer sobre a necessidade de fortalecer o estado.

A nossa solidariedade ao professor César de Medeiros Régis, à sua família, e a nossa indignação pelo crescimento da intolerância e impotência do estado para defender a sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, cumprimento todos os colegas deputados e deputadas, os visitantes que estão nesta Casa, os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital. Quero falar hoje sobre o momento político que vivemos no Brasil e em Santa Catarina, quero trazer uma avaliação que temos feito em vários setores da sociedade catarinense sobre o modelo político que o Brasil vive, deputado Taxista Voltolini, e hoje, quando abri os jornais de Santa Catarina, ficou claro, deputado Silvio Dreveck, o que está acontecendo no nosso Brasil.

Ontem acompanhei na imprensa a fala do pré-candidato à Presidência da república, o Eduardo Campos, que falou uma bobagem muito grande. Ele

disse: "Quando eu for presidente da República meus ministérios não serão divididos entre os partidos.

Mas como ele vai fazer? Ele precisa de apoio, de alianças de partidos. Eu quero ver o milagre desse modelo político que é formado de partidos políticos, que disputam as eleições, formam suas bases e fazem alianças. Então, é bobagem falar que não vai dividir os seus ministérios com os partidos que o apoiam, porque neste país, lamentavelmente, a política está indo para o rumo do fisiologismo, dos cargos, e as pessoas criam partidos, criam grupos de pessoas para buscar cargos, para literalmente, vender os seus horários partidários, ter alguém que paga suas campanhas para depois ter algum cargo no governo.

Por isso que neste país estamos deteriorando os partidos políticos, estamos tendo uma perda imensa da democracia. Não há democracia num país sem partidos fortes.

Cada vez mais cresce, inclusive, o número de pessoas que dizem que votam na pessoa e não no partido. Mas que compromisso essa pessoa tem ao dar o seu voto a um político se os partidos já estão com dificuldade de manter os seus projetos? Imaginem as pessoas! Então, defendo, sim, o fortalecimento dos partidos.

Se este país não fizer uma reforma política, e aí que vem a grande questão, quem fará essa reforma política? Porque eu não acredito que o Congresso Nacional vá fazer uma profunda reforma política.

Se não enfrentarmos esse debate do financiamento das campanhas eleitorais, vamos continuar tendo o poder econômico ditando as rédeas da política brasileira. Ou seja, o dado é concreto, a subcomissão do Congresso Nacional que tratou do tema da reforma política fez um levantamento dos 513 deputados federais mais votados, 330 foram os que mais gastaram, oficialmente, sem olhar para as formas diferenciadas de gasto. Mas é o que foi apresentado oficialmente ao Tribunal Eleitoral.

Assim sendo, está claro que os políticos têm um vínculo hoje majoritariamente com os grandes

grupos econômicos que os elegem, que os financiam. E aí temos outro problema, que é a questão do fortalecimento dos partidos políticos.

Olhando para a imprensa de hoje, eu falei isso ontem para alguns amigos, mas nada intencional, nada tendencioso, sobre o que está saindo das pesquisas eleitorais da semana passada e desta semana sobre as páginas de jornais que dão para uma liderança, deputada Ana Paula Lima, que inclusive já está nomeando os nossos candidatos ao Senado. Nem falo do seu partido, do debate interno que haverá este final de semana, que na minha avaliação deveria ser extremamente democrático, mas da forma que está sendo conduzida essa convenção do próximo final de semana.

Não quero entrar na questão de como funcionam os partidos, porque cada partido tem que construir os seus mecanismos democráticos. Nós fizemos uma prévia no ano passado, em que nossos filiados foram chamados para votar! Fizemos uma eleição! Inclusive, muita gente achava que a nossa ministra iria ganhar a eleição. A militância votou contra, inclusive à ministra Ideli Salvatti, pois não foi a chapa dela que ganhou a eleição e sim a do deputado Cláudio Vignatti. Foi uma eleição democrática, em que os filiados foram chamados para votar.

É isso que nós defendemos! Temos que ouvir a base com democracia, seja nas eleições ou internamente, nos partidos.

Sobre a reforma partidária, em que inclusive o Partido dos Trabalhadores está discutindo o voto no partido para justamente fortalecer os partidos políticos, alguns dizem que os caciques dos partidos é que vão mandar. Como eles vão mandar? Se vamos reformar os partidos, por que não podemos construir democracia interna neles? "Ah, hoje é assim: quem tem mais dinheiro manda mais". Opa, isso precisa ser discutido! Se quisermos fazer uma reforma política na sociedade sem fazer uma reforma política nos partidos não iremos a lugar algum, porque não teremos partidos fortes e não haverá jeito de construir uma reforma partidária.

Então, este é o grande debate que temos pela frente. Eu fico até assustado sobre o movimento que se está construindo em Santa Catarina, e me parece que a grande imprensa está sendo servida com essa estratégia de construir uma espécie de partido único. Quem é contra essa direção vamos isolar, vamos excluir e vamos destruir, com todas as forças!

Não é assim que funciona! Democracia é diferente. Temos que respeitar os que pensam diferente!

Eu entendo que não deveria haver aliança entre partidos no primeiro turno. No primeiro turno os partidos deveriam mostrar a sua força e o seu projeto para a sociedade escolher os melhores. Agora já estamos começando a construir alianças no primeiro turno, já estamos acertando tudo no primeiro turno, inclusive os cargos. E não me digam que os cargos já não estão sendo discutidos!

Por isso, precisamos criar em Santa Catarina - e nós, não, porque não apoiamos isso - 36 secretarias Regionais. E dependendo das alianças que vão ocorrer, população que nos acompanha, precisamos criar mais umas dez secretarias Regionais para acomodar todos os partidos. Precisamos criar mais umas dez secretarias Regionais para acomodar os aliados que nos vão ajudar na campanha, porque, infelizmente, é assim: quando vão para fazer uma aliança, antes, já começam a discutir quantos cargos vão ter.

Por isso, Eduardo Campos está falando uma bobagem absurda para ganhar aplausos dos empresários e da sociedade dizendo: "Ah, eu não vou botar os partidos nos ministérios". Isso é uma baita bobagem de uma pessoa que, na minha avaliação, não está preparada para falar esse tipo de coisa e ser, inclusive, candidato a presidente da República, porque, pelo jeito, não conhece como é que funcionam os partidos e a política, hoje, no Brasil e em Santa Catarina, sem a reforma política, que poderia criar uma perspectiva de mudança desse tipo de coisa.

Então, lamento muito o que está ocorrendo neste estado, ou seja, querer forçar de todo o

jeito. Não está sendo um debate democrático, tenho claro isso, e precisamos que haja democracia. Se tem uma página de jornal para um lado, tem que ter uma página de jornal para o outro lado. E ao querer nomear candidatos de outros partidos, está-se colocando acima, inclusive, de todos os partidos políticos essa figura chamada Luiz Henrique. Cuide do seu partido, construa uma eleição democrática internamente, que isso, com certeza, contribuirá muito para melhorar a política e o governo em Santa Catarina, porque o povo está esperando mais saúde, educação, investimentos na agricultura familiar e segurança. E que não intervenham, como falei ontem aqui, nos sindicatos porque estão reclamando. Não pode parecer que alguém está insatisfeito porque quer mostrar que este estado tem problemas sérios nas questões sociais e de infraestrutura.

Então, quem não se cala, quem não fica quieto, quem não está nessa visão de partido único, quem questiona, tem que ser destruído, inclusive com o apoio da Justiça. E é o que está acontecendo no Sintespe nesse momento.

Não pode ser assim! Nós queremos construir um país e um estado democráticos para que o povo tenha uma melhor condição de vida

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP, tendo em vista a troca de horário com o PSDB.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, meu líder, deputado Silvio Dreveck, eu, como pertencente ao Partido Progressista, trago aqui para conhecimentos dos catarinenses e brasileiros, mais um pequeno relatório do progresso da nossa terra na área do agronegócio.

Nós tivemos em Iomerê, no dia 16 de dezembro para participar de uma exposição, de um leilão, até inédito na nossa região, onde foram leiloados 124 animais, entre ovinos e caprinos, num valor de R\$ 58.389,98, numa média de R\$ 11,4, o quilo, o que é um excelente negócio, tratando-se de caprinos e ovinos.

Então, vejam a importância. Foram leiloados 124 animais, num município pequeno, e iniciando agora a criação de ovinos, tanto que é o primeiro leilão de ovinos e caprinos em Iomerê.

Mas tudo isso nos engrandece, porque a nossa região está demonstrando o quanto é importante o agronegócio.

Tivemos em Caçador um leilão, no dia 13 de abril, onde foram leiloados 471 cabeças, sendo 285 terneiros, com uma média de R\$ 6,01, o quilo. Foi o leilão mais caro da nossa região.

Saíram, com o preço de R\$ 5,35 o quilo, 17 bois. As terneiras foram leiloadas por R\$ 5,54, o quilo. Vejam a qualidade do gado que estava sendo vendido. Foram leiloadas 471 cabeças, num valor apurado, deputado Silvio Dreveck, numa média de R\$ 5,83 o quilo, com um faturamento de R\$ 626.560,00. Isso é inédito também na nossa região.

Os maiores compradores são aqui da região, bem como os vendedores. Inclusive, Canoinhas também se fez presente lá.

Tivemos um leilão em Fraiburgo, no dia 06 de abril, e isso merece até um comentário. Foi na Expofrai, onde tivemos na organização do leilão e das exposições o nosso grande amigo sindicalista Angelo Beninca, que é o presidente do Sindicato Rural de Fraiburgo, com a sua equipe muito bem formada, muito bem preparada, demonstraram que Fraiburgo, realmente, tem condições de promover festas daquele tamanho. Lá estiveram presentes o governador, o secretário Nelson Serpa, e outros senhores deputados da região que prestigiaram o evento, onde foram comercializadas 935 cabeças, com um preço médio de R\$ 5,05 o quilo, num movimento total geral de R\$ 1.164.216,60. Também inédita na região essa comercialização.

Mas ainda o nosso amigo Angelo Beninca promoveu o julgamento ranqueado da raça red angus e a participação de 110 animais de 15 criadores. Tivemos também o julgamento ranqueado da raça jersey com mais de 60 animais de seis criadores. Houve também a exposição e julgamento da raça holandesa com a participação de sete criadores.

Contamos ainda com 300 animais de outras raças, sendo a crioula lageana, simental, sim brasil, hereford, brahman, devon, charolês. Portanto, foi uma exposição extraordinária.

E tivemos também a exposição e julgamento de 70 animais da raça ovina. Esse é um resumo do que tem acontecido.

E temos ainda os próximos leilões já programados na nossa região, no dia 27 de abril em Santa Cecília, com 1.100 cabeças, no dia 13 de maio em Caçador. Esse leilão será realizado em São José, durante o rodeio dos Praianos, onde a cabanha Caçador estará leiloando 42 potros e potranças crioulas, daquelas cabanhas dos municípios de Água Doce e Caçador.

Também teremos, no dia 17 de maio, a grande feira de terneiros, com 500 cabeças, no município de Campos Novos; e em 25 de maio Caçador promoverá mais um leilão de gado geral, com 500 cabeças já inscritas.

Tudo isso capitaneado pela Tarumã Remates, que é uma empresa de Caçador, tendo na sua presidência, porque é uma associação, o sr. André Canalli, e como leiloeiro, o nosso conhecido e renomado Flávio Rosar.

Portanto, senhores deputados e senhoras deputadas, queria fazer este registro para mostrar aos catarinenses e aos brasileiros o potencial que temos no agronegócio. Não temos grandes quantidades, mas temos genética de primeiro mundo, por isso a disputa tanto na venda quanto na compra desses produtos da nossa região.

Parabéns aos leiloeiros! Parabéns aos vendedores! Parabéns aos compradores que fizeram grandes negócios nessas três feiras, e temos certeza de que farão bons negócios também nas próximas feiras.

Deputado Taxista Voltolini, que bom vê-lo aqui novamente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, prezado deputado Taxista Voltolini, é um prazer tê-lo novamente nesta Casa.

Primeiramente gostaria de convidar todos para participarem da 14ª Festa Catarinense do Arroz a ser realizada entre os dias 25 de abril a 4 de maio, na cidade de Massaranduba, extensivo aos srs. deputados e sras. deputadas.

É uma das festas mais importantes do meio rural de Santa Catarina. Teremos atrações das mais diversas, além de uma bela exposição de maquinários agrícolas, naturalmente para aqueles que são do segmento. Domingo haverá apresentações folclóricas, como a centopeia, inclusive, onde já reservaram um lugar para mim.

É uma festa muito interessante e tenho absoluta certeza de que realmente será um sucesso. Um grande abraço ao Mário Fernando Reinke, prefeito de Massaranduba. Espero, e com certeza vou ver muitos srs. deputados nessa festa, principalmente dessa região.

Sr. presidente, existem leis que fazemos nesta Casa que são destinadas à gaveta. E existem leis que são aprovadas para serem cumpridas.

Todas deveriam ser cumpridas, mas existem aquelas que são aprovadas e vão direto para a gaveta, ficando lá por tempo indeterminado, mesmo depois de sancionadas. Não se trata de uma nem de duas leis, de minha autoria, que foram aprovadas aqui e que estão dormindo nas gavetas, que não são cumpridas. Uma dessas estabelecia um local reservado para os advogados dos detentos poderem trabalhar no interior das delegacias e presídios e

atenderem os presos. Mas esse requisito legal nunca foi atendido. Essa é uma lei que foi para a gaveta.

Há outra lei também, de minha autoria, que institui o mutirão da catarata, que obriga o estado a todo ano fazer um grande mutirão de cirurgias de catarata para atender as pessoas menos favorecidas. Há uns 15 dias atrás, eu vi a prefeitura de São Francisco do Sul fazendo o mutirão da catarata. Isso deveria ser uma iniciativa do governo. Trata-se de uma lei que foi para a gaveta.

Existe também uma lei que institui no âmbito deste estado um programa educacional de prevenção e combate às drogas. Há outra que estabelece a Semana Estadual de Doação de Leite Humano no estado, visando o aumento de doação de leite materno e abastecimento dos bancos de leite. Essa lei já entrou em vigor há muitos anos, mas é uma lei gaveta. São aprovadas, sancionadas, mas ficam na gaveta. Existem muitos exemplos.

Se duas ou três das leis de minha autoria estiverem sendo respeitadas é muito. Somos 40 deputados e o número de leis que aprovamos aqui e que não são seguidas é impressionante.

Mas estamos cumprindo o nosso dever irrestrito, inclusive. Antes nós tínhamos aqui a questão do projeto de lei que aprovávamos que eram somente para inglês ver, que eram os projetos de lei autorizativos. Quando chegava um cidadão, tínhamos vários projetos aprovados na Casa, para efeito de números, tínhamos bastante. Cortaram o tal de projeto autorizativo, não tem mais. Estamos restritos à elaboração de leis de forma bastante limitada e mesmo assim, daquelas que aprovamos, 70%, 80% delas são leis que podemos chamar de leis gavetas.

Mas vamos continuar fazendo nossa obrigação, o nosso dever nesta Casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Meu amigo, deputado Taxista Voltolini, que retorna a esta Casa. Seja bem-vindo!

Eu apenas vou usar um pouco do tempo e logo depois passo o restante do tempo para o meu colega deputado Maurício Eskudlark.

Antes, portanto, quero fazer o registro que está aqui, na Casa, o Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina - Cejesc -, que daqui a pouco estará utilizando a tribuna para fazer uso da palavra para falar de um evento muito importante que vai acontecer, hoje, com o lançamento de livros e a comemoração do aniversário. Portanto, a presidente Liandra Nazário Nobrega e a todos que fazem parte do conselho, sejam bem-vindos.

Deputado Edison Andrino, fico feliz quando vemos que em alguns momentos estamos à frente da atualidade.

Eu comecei muito cedo na política, filiei-me quando completei 18 anos, no dia 16 de janeiro de 1988. Antes de fazer a minha carteira de motorista, que é o sonho de todo rapaz, fiz o meu título de eleitor. E ainda com o protocolo do título consegui o meu registro de candidatura a vereador - naquela época, quando Ulysses Guimarães tinha conseguido no Tribunal Superior Eleitoral, porque eu podia votar aos 18 anos, mas apenas poderia assumir como vereador aos 19 anos. Então fui candidato, já que se ganhasse a eleição, quando viesse a assumir, na época, em 15 de março, já teria 19 anos. Esse foi o momento da minha iniciação na política, deputado Padre Pedro Baldissera.

Em 2004 fui candidato a prefeito pela primeira vez em Joinville. E um dos pontos do nosso plano de governo, em 2004, era o Restaurante Popular: Comida R\$1,00, que tinha trazido do governo Garotinho, do Rio de Janeiro. Eu me lembro que quando coloquei essa proposta em Joinville em

2004, todo mundo riu. Quando é que se viu um restaurante com comida a R\$ 1,00? Todos riram.

Em 2008 houve a inauguração do primeiro restaurante popular em Joinville, num plano do governo federal. E agora estão para inaugurar o segundo restaurante no Ademar Garcia, em Joinville.

Em 2008, quando saí candidato pela segunda vez a prefeito de Joinville, falava e apresentei uma proposta para termos lá o metrô de superfície que ligaria a zona sul a norte, numa rede ferroviária que existe lá. Proposta essa que, a época, foi extremamente debochada, inclusive pelo então governador Luiz Henrique da Silveira. E em 2012, última vez que saí candidato a prefeito pelo município, reafirmei isso e o prefeito, Udo Döhler, disse que era contrário a esse tipo de mobilidade ou modal de transporte, que é o transporte de massa via trilhos.

E todo mundo dizia que o Kennedy era louco. Onde já se viu falar em um modal de transporte sobre trilhos ou metrô de superfície em Joinville? Diziam que em Joinville não cabia isso e coisa tal, aquela história de sempre de cidade e de pessoas que são retrógradas. E, hoje, deputada Ana Paula Lima, li no jornal *A Notícia* que o governo federal escolheu dois municípios de Santa Catarina para incluir no PAC com projetos de mobilidade. São eles: Florianópolis e Joinville.

E o que foi escolhido pelo governo federal para Joinville? Transporte sobre trilhos, metrô de superfície, falado por mim em 2008, quando tudo mundo tirava palha dizendo que não cabia, reforçada por mim em 2012. E agora Joinville é escolhida para receber R\$ 600 milhões do governo federal para construir o projeto de transporte sobre trilhos.

Espero que a comunidade de Joinville possa saber que quando falamos, mesmo que seja algo visto lá na frente, dá para fazer. Isso é prova de que dá para fazer. Apenas espero o município de Joinville, a parte técnica, consiga fazer os projetos executivos para que no início do mês que vem sejam apresentados e que o referido município

não perca esse recurso tão importante para a construção de um transporte de massa sobre trilhos ligando a zona sul a norte da cidade.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Apenas para contribuir com o seu assunto tão relevante. Se não me falha a memória, foi defendido e acho que dá para copiar esse modelo que foi construído aqui do transporte de superfície e do transporte marítimo, não sei se v.exa. lembra disso? Trata-se de um modelo que dá para copiar e levar para Joinville.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Silvio Dreveck, acho que esse modelo que v.exa. fala era o modelo Luiz Henrique e esse não quero lá não, porque isso nunca saiu do papel, nem por trilhos nem por água. Esse modelo não queremos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Bladissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSD. Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de saudar todos que nos assistem pela TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital, saúdo com alegria o amigo Paulo Dagostin, de São Miguel d'Oeste, que visita esta Casa e acompanha a nossa sessão. O Paulo é um grande empresário, amigo, pessoa fantástica lá do nosso extremo oeste.

Mas queria parabenizar o deputado Kennedy Nunes, porque acompanhamos o seu trabalho aqui nesta Casa, e sabemos que ele é um visionário, não é um sonhador, vê o que realmente pode ser feito pela sua Joinville e tem sempre projetos audaciosos. É disso que o Brasil precisa.

E Joinville, pela sua topografia, um metrô é perfeito, qualquer engenheiro vê que dá para fazer um excelente projeto. E v.exa. falou aqui, nesta

Casa, em outros tempos, sobre o restaurante popular, o metrô de superfície, reciclagem de lixo, e sobre outros inúmeros projetos que foram estudados, analisados e são possíveis de serem implantados, principalmente no município de Joinville. Por isso, parablenzo-o por essa visão, por esse trabalho que tem apresentado.

Eu ouvi atentamente dois pronunciamentos.

Primeiramente, do deputado sargento Amauri Soares, falando a respeito da criminalidade, dos abusos que existem e sobre algumas ações que nós não devemos apoiar, mas temos que reconhecer e aplaudir. São formas perigosas de se tratar um assunto, não queremos que isto aconteça, mas o estado tem que ocupar o seu espaço. Nesta semana aquela questão dos invasores no Rio Vermelho em que a população vendo que se ela mesma não resolvesse aquilo tomaria uma grande proporção, como já tinha ocorrido na SC-401, a própria população mobilizou-se para expulsar aqueles desordeiros, que vieram aqui na Assembleia Legislativa e deitaram no tapete, entre outras coisas, e tivemos que aceitar em nome da democracia. Bem que fizeram os moradores do Rio Vermelho. Com sorte não houve violência.

Esperamos que isso não se repita, esperamos que a sociedade não tenha que fazer isso novamente, mas é inadmissível essa situação, pois eles vieram aqui e fizeram as maiores badernas possíveis e a segurança não pode agir, porque iriam tirar fotografia, levar para a imprensa e viriam as pessoas dos Direitos Humanos dizendo que os pobres e excluídos não estão sendo respeitados.

Ora, neste momento em que o Brasil está importando haitianos eles dizem que não têm onde trabalhar?

Foram expulsos por gente trabalhadora, gente que levanta às 5h, que tem filhos na escola pública, que ganha salário mínimo e que trabalha todos os dias. Esses é que fizeram justiça.

Mas o deputado Sargento Amauri Soares falava, e eu peguei algumas notícias sobre as prisões em Balneário Camboriú, e apenas num site que abri vi as prisões que foram feitas diariamente pela

polícia, mas todas elas são de elementos que já deveriam estar presos, porque já foram presos, uma ou duas vezes. Tem gente que já foi condenado, outros já completaram a maioria e estão no Casep - Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório -, porque praticou crimes quando eram de menores e agora foram condenados como maiores.

Então, não adianta colocar milhares de policiais nas ruas se não tivermos uma efetiva lei e local para a sua aplicação. As pequenas ocorrências já são tratadas na base da transação penal, e isso já fica devidamente resolvido.

Outro assunto que foi tratado aqui pelo deputado Dirceu Dresch diz respeito às secretarias Regionais que, na minha avaliação são muito importantes. Tenho 30 anos de serviço público, como delegado de Polícia, trabalhando 19 desses anos, lá no extremo oeste catarinense. E lembro-me que, à época, outros governos para reunir-se e tomar decisões colegiais criavam organizações governamentais, uma coordenação, mas sem uma estrutura jurídica para debater os assuntos de interesse da região, deputado Edison Andrino, reunindo a Casan, a Celesc, a educação, enfim, todos os setores para debater em conjunto.

E o que se buscou é que cada secretaria Regional, de cada região, tome a sua decisão, defina os seus rumos, discuta com o prefeito e lideranças onde vai aplicar os recursos destinados para aquela região.

Então, hoje, se tivéssemos que fechar alguma secretaria Regional teríamos dificuldades, porque se iria tirar de uma região o direito de decidir os seus investimentos e o que a população quer para a sua região. E a população das regiões não aceita essa interferência, querem elas próprias dizer o que vão fazer e como vão investir em benefício do seu município.

Então, as secretarias Regionais representam a união dos cargos que existem na região, nas áreas da Saúde, Educação, Infraestrutura, Segurança, e as decisões são colocadas para um colegiado que tomam as providências necessárias.

Então, esse entendimento de que a secretaria Regional implica em despesa, ou que esses cargos já existem, deputado Taxista Voltolini, não é verdade, porque se tirarmos o secretário Regional, o restante da estrutura da secretaria vai permanecer, e se desativar a secretaria Regional a não poderá decidir os seus próprios rumos.

Eu quero ver qual governo teria a aprovação para desativar e tirar da população o direito de tomar suas próprias decisões?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sociedade que prestigia o Parlamento Catarinense no dia de hoje. Quero fazer algumas considerações que entendo importantes.

Depois de uma luta sem limite nessa BR-101 ainda continuamos, em alguns trechos, com muitos problemas. Sendo que o trecho mais polêmico hoje é o Morro dos Cavalos.

O Morro dos Cavalos que já deu um trabalho grande para este deputado e para o deputado Reno Caramori, porque a Funai manda mais que o governo naquela área e determina tudo. Quando nos sentimos atropelados, o eminente governador do estado entrou com uma ação na Justiça Federal para garantir a quarta pista naquela região até concluir o túnel naquele trecho, o que iria diminuir as várias mortes que acontecem naquela área e também os acidentes.

A Justiça Federal determinou a construção da quarta pista e foi feita uma licitação para a obra. Mas quero saber onde estão as máquinas e quando vai começar a obra? Porque parece que a Funai novamente está impedindo a sua realização. Mas como pode acontecer isso? Porque quando a

Justiça Federal determina não se discute, cumpre-se. A Justiça Federal determinou a construção da quarta pista e eu não estou vendo a decisão da Justiça ser cumprida.

Eu sei que houve mudança na direção do DNIT, e o engenheiro João José, que tinha como parceiro, disse para mim para não perdermos tempo, porque tudo se encaminhava para ocorrer um entrave. Então, é necessário tomar medidas duras e radicais, aquilo que eu já fiz por muito tempo, como fechar a Ponte da Cabeçudas, das 6h às 16h. Foram necessários oito ônibus de Florianópolis com a polícia para abrir a BR. E só abriram porque havia uma determinação do governo. O governo pediu que abrisse a BR, que ele assumiria também, na época, a bandeira da duplicação.

E agora está emperrado por causa dessa Funai que envergonha Santa Catarina, o Brasil, o governo! Parece-me que manda mais do que o governo!

É preciso que tomemos, na próxima semana, alguma medida neste sentido. Eu quero convidar v.exa., deputado Reno Caramori, para irmos ao DNIT, a fim de tomarmos algumas medidas para sabermos o que está acontecendo, se houve mudança ou se houve atraso na tramitação, para que a obra seja iniciada. A empresa que ganhou é uma empresa idônea, é uma empresa que põe a mão e faz. É a empresa Cetep, de Criciúma. Agora, se ela não está trabalhando é porque alguma coisa está errada e nós não podemos deixar isso de graça. O povo não aguenta mais esse tipo de desmando!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu vou ouvir v.exa., deputado Reno Caramori, pois esse foi um compromisso que assumimos juntos, incomodamo-nos juntos com essa questão. Mas com certeza vamos buscar o encaminhamento juntos para que possamos trazer tranquilidade à sociedade e ao usuário, não somente do sul do estado, mas do Brasil, que passa na BR-101, de norte a sul.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Manoel Mota, eu, cada vez mais, dou razão ao meu

pronunciamento feito na RBS no dia 11 de dezembro, antes da audiência pública. Eu disse, e vou repetir. Para compensar as mortes e os acidentes que vêm ocorrendo no Morro dos Cavalos, pela ingerência, pela teimosia ou pela prepotência da Funai, há apenas uma maneira de compensar todas aquelas mortes: que o pessoal da Funai, que não permite nenhuma obra naquele trecho, vá para o inferno vivo. E acrescento mais: desejo que o capeta esteja os aguardando na porta para ter certeza que eles vão adentrar!

Porque não é possível, deputado Manoel Mota e srs. deputados, que uma entidade que recebe dinheiro de tudo quanto é ONG deste mundo venha tentar, mais uma vez, obstruir um processo já julgado e determinado pela Justiça Federal!

A empreiteira já iniciou as obras e já retirou de lá fibra ótica e alguns postes. Eles estão fazendo a parte que pode ser feita. E para que o Ibama autorize o DNIT, deputado Manoel Mota, a iniciar as obras, a empresa vencedora da licitação precisa da anuência da Funai, sem a qual o Ibama não fornece a licença final.

Agora, segundo o representante do DNIT, com quem estamos em contato permanente - ontem ainda tivemos uma reunião revendo o problema da BR-280 no sentido Porto União/Canoinhas, pois foi federalizada aquela obra -, deverá haver uma solução no dia 27.

Deputado Manoel Mota, para que o catarinense e o brasileiro entendam, até o dia 11 havia acontecido, em cinco anos, 777 acidentes, com mais de 480 acidentados e com 21 mortes naquele trecho, fora os que morreram no hospital e os que morreram a caminho do hospital.

Então, não dá para entender que a Funai, que não tem outra coisa para fazer, a não ser tentar tapar o sol com a peneira fique mentindo para o povo de Santa Catarina. Não é possível que achem que o índio é um coitadinho. A sra. Rosário, que é professora dos filhos dos índios, disse que a Funai não conhece os índios que estão lá! E lá há meia dúzia de famílias que não estão impedindo

coisa nenhuma, que está impedindo é a Funai, esse órgão incompetente que o Brasil todo conhece!

Por que não vão cuidar dos índios do Mato Grosso e da Amazônia, que estão morrendo de fome, doentes, drogados e alcoólatras? Por que ela vem aqui criar problemas numa obra da qual dependem a Argentina, o Uruguai e o Brasil? Todo Brasil depende desta estrada! Não é somente Santa Catarina e o sul, deputado Manoel Mota, que precisam dela, mas é também o Brasil e os países que usam essa rodovia para o progresso da sua terra e sua gente. E também para a defesa da integração física dos transeuntes dessa rodovia.

É meia dúzia de famílias que não serão prejudicadas em momento algum, deputado Manoel Mota! Nós temos prova disso, conhecemos o trecho, já o visitamos várias vezes.

A comissão de Transportes, na próxima semana, estará em contato com a Associação dos Usuários das Rodovias Federais e Estaduais de Santa Catarina para discutir qual atitude que a comissão de Transporte vai tomar - e da qual v.exa. faz parte -, porque não vai ser uma atitude individualmente. É a comissão de Transporte desta Casa que vai tomar uma atitude!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa. pelas suas palavras e considerações e as incorporo ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer o seguinte quanto ao problema da Ponte de Cabeçuda: o presidente do DNIT, em nível nacional, autorizou três turnos, 24h por dia, e a obra vai a mil por hora. O túnel do Morro do Formigão já está concluído e agora estão preparando para a obra.

E o Morro dos Cavalos está nessa situação! Não dá para gerir uma situação dessas! Vejam quantas pessoas perdem a vida naquela rodovia! E é uma obra provisória, uma obra pequena, uma obra que não prejudica nada! O que a Funai quer? Ela quer recurso, dinheiro! Ela está fazendo chantagem para ter dinheiro! E eles não têm compromisso com a vida das pessoas!

Então, caro vereador Isnardo Luis Brant, de Palhoça - e v.exa. participou efetivamente conosco

-, pode ir preparando a Câmara de Vereadores, porque se não tivermos uma resposta rápida, vamos buscá-la em cima da pista! Vamos colocar uma carreta e levar o Parlamento e as Câmaras de Vereadores para cima da pista com o objetivo de buscar uma resposta!

O Brasil não pode baixar a cabeça para uma entidade cuja representação é tão pequena! Quem vai buscar índio no Paraguai para colocar lá não merece respeito! Tenho respeito aos índios, mas à Funai, não, porque ela importou índios de todos os lados! Eu conheço toda aquela história! Antes havia apenas duas casas. Hoje, está minado de casas porque a Funai trouxe índios de todos os cantos para fazer chantagem, para buscar recursos.

O que se produz no morro? Nada! Tudo que consomem para sobreviver tem que ser pago, e com dinheiro público!

Portanto, estão fazendo chantagem, só que esquecem que estão lidando com a vida de pessoas!

Por isso, se não buscarmos, pelo caminho da Justiça, a quarta pista, vamos buscar em cima dela! Eu sou campeão nisso! Já parei a BR-101 em Cabeçudas, das 6h às 16h!

Já paramos uma vez das 9h às 15h, deitamos em cima de uma cruz vermelha, a tinta estava fresca e perdemos o terno. Eu e o José Paulo Serafim.

Este Brasil não pode viver na dependência de alguém que não quer que as coisas andem e ainda tendo que pagar a conta. É preciso algumas medidas duras e radicais em defesa do usuário, em defesa do povo, em defesa deste Brasil. Nós não podemos conviver com uma obra que se arrasta há mais de dez anos, uma obra de 348km. Mais de dez anos, isso é inconcebível!

Eu espero que não seja necessário tomar medidas duras e radicais, mas, se precisar, eu serei o primeiro a estar em cima de uma carreta. E podem preparar, porque nós vamos ter muito respaldo das entidades, da imprensa, dos prefeitos e por aí fora. E nós não temos medo de defender aquilo que é legal, que é direito, e que precisa ser preservado.

Por isso, quero deixar o recado para que não brinquem com o Parlamento Catarinense, porque eu tenho certeza de que este Parlamento irá para cima da pista para buscar resposta onde for preciso, em defesa do usuário da BR-101, em defesa do cidadão.

Esta obra beneficia o sul, beneficia o Brasil. A BR-101 corta o Brasil do sul ao norte e toda produção e os alimentos que vão para São Paulo, Rio de Janeiro, o norte do Brasil, passam pela BR-101.

Então não pode uma entidade estar fazendo tudo isso e ficarmos de braços cruzados. Quando foi para trazer o gás, ninguém perguntava se tinha serra, se tinha morro, ou o que é que tinha. A máquina passou e foram tocando.

E agora vamos baixar a cabeça para uma entidade que não tem representação e a população morrendo, os acidentes acontecendo?! Não vamos deixar de graça, e já vamos começar a convocar as Câmaras de Vereadores para tomar medidas se não pudermos buscar este resultado muito em breve.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra, o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Antes de iniciar a abordagem do tema desta sessão quero fazer o registro da presença de diversos catarinenses, cumprimentando todos, e em nome do vereador Raimundo Heberle, de Água Doce, saudamos os demais visitantes que estão aqui.

Sr. presidente, nós queremos também repercutir nesta tribuna a aprovação, a constituição, poderíamos dizer assim, do Marco Civil da *Internet* no Brasil, que é uma espécie de Constituição que vai reger essa matéria a partir de agora. E esse marco civil, como eu disse, foi uma aprovação havida, tanto na Câmara dos Deputados quanto no

Senado, sancionado pela presidente da República, e que vai regular, através de três grandes eixos, o Marco Civil da *Internet*.

Os três grandes eixos são: a liberdade de expressão, a neutralidade da rede e também a privacidade. Creio que nós estamos dando um avanço importante para garantir a liberdade de expressão, para garantir a comunicação e para garantir também a forma de regulação deste uso da *internet*.

Queria me valer de uma matéria publicada na imprensa, através do *Zero Hora*, para fazer um pequeno comentário sobre cada um desses três temas.

A liberdade de expressão proposta então no marco civil, porque, na verdade, hoje, uma pessoa quando posta algum comentário ou conteúdo em um *site*, e esse conteúdo é considerado ofensivo a alguém, o *site* e a pessoa podem ser responsabilizados se não houver a remoção.

O texto do marco civil estabelece que o autor do comentário possa ser alvo de processo a qualquer momento, mas o *site* apenas poderá ser responsabilizado por não remover determinado conteúdo depois que houver uma decisão judicial a respeito.

Ainda me utilizando desta matéria do jornal *Zero Hora*, sobre a proposta da neutralidade da rede, "o marco civil determina que os provedores de conexão sejam obrigados a tratar todos os dados que trafegam na rede da mesma maneira. Isso significa que elas não podem ter acordo com determinado *site* para carregá-lo com maior velocidade, prejudicando algum concorrente."

Por fim, sobre o terceiro eixo relativo à privacidade, o jornal publicou que: "quando uma pessoa acessa a *internet*, o provedor de conexão registra dados sobre onde (o IP do computador), quando e por quanto tempo a pessoa navegou. Provedores de conteúdo registram onde essa pessoa navegou e o que ela postou. O marco civil proíbe o cruzamento dessas informações por parte das empresas. A medida dificulta que os usuários sejam alvo de *marketing* personalizado."

Aliás, uma das grandes questões hoje, por exemplo, quando abrimos o nosso e-mail são as propagandas. Este deputado recebe cerca de 30 ou 40 mensagens por dia, sendo, talvez, três ou quatro encaminhadas por pessoas que efetivamente estejam contatando conosco, porque o restante são mensagens publicitárias, normalmente, não autorizadas. Cito como exemplo esse caso, mas representa o caso das pessoas, de maneira geral, que recebem isso.

Então, acredito o marco civil deve ser um avanço na regulação do funcionamento dos serviços da *internet*, de comunicação.

Queria fazer esse registro e me congratular por ter também no Brasil esta lei que está sendo considerada como uma lei avançada. É claro que possivelmente tenha problemas, questões que precisam ser aperfeiçoadas, porque certamente essa lei não é perfeita, mas foi dado um grande passo nesse sentido.

A segunda questão que gostaria de abordar, sr. presidente e srs. deputados, é que no mês de maio serão realizadas as conferências de saúde do trabalhador nas diversas macrorregiões do estado de Santa Catarina.

Ontem, estiveram aqui, inclusive, representantes do Movida - Movimento pela Vida -, pela saúde do trabalhador, e trouxeram também dados importantes sobre a questão dos acidentes e adoecimentos do trabalho.

Infelizmente, hoje Santa Catarina está liderando os *rankings* de adoecimento do trabalho. Temos 48% acima da média nacional de adoecimento do trabalho. Isso é extremamente preocupante. Espero que essas conferências ajudem também a buscar meios de diminuir esses agravos.

Inclusive, na terça-feira, na Assembleia Legislativa, na condição de presidente da Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador, juntamente com a comissão de Saúde, presidida pelo nosso companheiro deputado Volnei Morastoni, estaremos coordenando um seminário preparatório às conferências da saúde do trabalhador e convidamos

todos, as entidades, a sociedade civil, além dos srs. deputados e sras. deputadas a participarem.

Hoje à noite, inclusive, estarei participando em Joaçaba, nossa querida cidade do meio-oeste, de um seminário na Unoesc promovido também pela Acist, do município, pela comissão Municipal de Saúde, para debatermos sobre a questão da saúde do trabalhador, justamente o tema ao qual me referi, com as entidades sociais, populares, estudantes e com a comunidade regional.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência comunica que, conforme requerimento do deputado Antônio Aguiar, abriremos um espaço, por dez minutos, para um representante do Conselho Estadual de Jovens Empreendedores fazer uma manifestação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero fazer o registro da presença do secretário de Obras e Urbanismo de Itá, o nosso amigo Piquet, e também do vereador Vitor.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0387/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0441/2013.

Não há emenda à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0205/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0349/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0350/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0351/2014, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0352/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0353/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Moção n. 0043/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à diretoria da empresa JBS Aves, apelando pelo cumprimento dos compromissos assumidos perante o parlamento catarinense de garantir a reabertura das negociações coletivas com a Associação dos Avicultores da Região Sul de Santa Catarina.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, ouvindo atentamente o deputado Manoel Mota quando falava da questão da duplicação da BR-101, também falando sobre a questão dos índios que estão se mobilizando, da Funai, que eles não conhecem o Parlamento Catarinense, que esta Casa deve mostrar a sua força, etc. Sobre esse tema eu vou tratar em outra oportunidade, mas gostaria de dizer apenas que me prendeu muito a atenção do desafio ao Parlamento Catarinense.

Por isso, srs. deputados e sras. deputadas, eu fiz essa moção, porque juntamente com o deputado

Moacir Sopelsa, que era presidente da comissão de Agricultura, juntamente com Associação de Avicultores do sul do estado, que estão passando por uma fase muito difícil, principalmente sobre o valor da ave, que estão pagando pela JBS. Nós fizemos audiências públicas, uma em Nova Veneza com mais de 600 pessoas e uma aqui nesta Casa, trazendo para cá a Associação dos Avicultores, a JBS, com a sua representação e outras personalidades, para abrir o canal de negociações com o os nossos avicultores. E, infelizmente, isso não tem acontecido, por isso, peço a colaboração dos srs. deputados e das sras. deputadas, para que possamos votar essa moção.

Também quero dizer que a JBS tem feito uma grande propaganda, pagando, inclusive, muito caro para os artistas, até o Roberto Carlos deixou de ser vegetariano, agora fazendo o comercial da carne, também o Toni Ramos. Mas não é isso que a JBS tem pagado para os nossos avicultores, para os nossos produtores.

Então, esta Casa, respeitando o Parlamento catarinense, que aqui foi feito uma comissão, que aqui foi feito também uma negociação para abrir um canal de negociação entre JBS com os avicultores, ela tem que cumprir esse compromisso. Por isso, peço que todos os parlamentares aprovelem essa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0044/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao reitor da FURB, manifestando aplausos pela passagem do cinquentenário dessa instituição de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda Ordem do Dia.

Srs. deputados, sras. deputadas, sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Os Deputados que este subscrevem vêm requerer ao Nobre Presidente desta Casa Legislativa a concessão de 10 minutos na sessão ordinária do dia 24 de abril do corrente ano para que o Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina - Cejesc - por meio de sua Presidente Liandra Nazário Nobrega, use da palavra para fazer uma breve explanação acerca da 'Comemoração dos 15 anos do CEJESC', que realizar-se-á nesta mesma data às 20h na Associação Catarinense de Medicina." [sic]

Antes justifico a ausência do deputado Antônio Aguiar, que teve um chamado na cidade de Canoinha.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cumprimento de forma muito especial esses jovens empreendedores que são orgulho para o estado de Santa Catarina, sob a liderança da nossa presidente, que fez uma bela fala mostrando que o importante não é ser pequeno nem grande, mas, é a associação desses jovens que têm lutado muito com ideias para transformar e mudar legislações em nosso estado e no nosso país.

Tenho certeza de que esta Casa será parceira neste debate comemorando mais uma vez os 15 anos de associativismo, pois Santa Catarina é um

exemplo para o Brasil. Parabéns a todas e todos vocês que são o orgulho de todos os catarinenses. Muito obrigada pela vinda a este Parlamento.

Srs. deputado, sras. deputadas, o que me traz à tribuna em Explicação Pessoal é para avisar, sinalizar e chamar toda a nossa população catarinense sobre um tema muito importante que começou nesta semana, a campanha nacional contra a gripe que acontece em nosso país. E por determinação da nossa presidente, Dilma Rousseff, este ano houve algumas modificações atingindo um maior número de pessoas, principalmente de crianças, que serão vacinadas, imunizadas, contra essa doença que todo inverno tem causado inclusive muitas mortes, hospitalizações e, por isso, é importante a imunização.

(Passa a ler.)

"Este ano a vacinação contra a gripe irá atingir crianças, que nas programações de anos anteriores não eram contempladas. A faixa etária definida pelo ministério de Saúde foi ampliada com uma nova regra que atenderá crianças de seis meses e também com menos de cinco anos.

No ano passado atingia crianças até dois anos que poderiam receber essa vacina. Este ano, então, houve uma ampliação na faixa etária da nossa população. Representantes do governo acreditam que a ampliação dessa faixa etária vai beneficiar tanto crianças quanto outros grupos vulneráveis como menores de seis anos de idade que ainda sendo amamentados no peito, pelas mães, bem como idosos e pessoas com doenças crônicas.

A campanha começou no último dia 22 e se estenderá até o dia 09 de maio. E a meta do governo é vacinar pelo menos 80% da nossa população, que representa 49,6 milhões de crianças.

A vacina também está disponibilizada para grupos considerados vulneráveis à gripe, que são pessoas com mais de 60 anos, trabalhadores da área da saúde, povos indígenas, gestantes, puérperas, que são mães que deram à luz a 45 dias; a população privada de liberdade, que são a comunidade carcerária e os funcionários do

sistema prisional de todo o nosso país. O ministério da Saúde ainda inclui pessoas que têm doenças crônicas que são suscetíveis para pegar esse vírus, e elas precisam então estar protegidas.

Também essa meta a ser atendida nesses casos que são pessoas que têm doenças crônicas é necessário apresentar nos postos de vacinação que são vacinas gratuitas, oferecidas pelo governo apresentada, uma prescrição médica quando estão fora da faixa etária destinada pelo ministério da Saúde.

A escolha dos grupos prioritários segue recomendação da Organização Mundial da Saúde. E o governo brasileiro se baseia em estudos que apontam que a vacinação pode reduzir entre 32 e 45% o número de pessoas que possam ser hospitalizadas por pneumonias e de 39 a 75% a mortalidade por complicações da influenza.

De acordo também, com o ministério da Saúde, serão distribuídos 53,5 milhões da dose da vacina capazes de proteger pessoas em três subtipos, do vírus da gripe, que seriam o H1N1 o H3N2, e a Influenza do tipo B. O material será distribuído a 240 mil pessoas que estarão envolvidas na imunização atendendo também 65 mil postos de vacinação em todo o Brasil.

Para os locais de difícil acesso, o governo anunciou que vai disponibilizar 27 mil veículos terrestres, marítimos e fluviais para atender comunidades em situações ribeirinhas ou muito afastadas dos postos de vacinações localizados em cada município.

O tema deste ano da vacinação contra a gripe será *Você não pode Faltar*, e a campanha será veiculada na TV, no rádio, na mídia impressa e *internet*.

Quem vai aplicar 53 milhões de vacinas nessa campanha, sras. e srs. deputados, imaginem quem, deputado Taxista Voltolini e deputada Luciana Carminatti? Será a categoria que faço parte, que é a enfermagem, são enfermeiros, enfermeiras, técnicos em enfermagem e auxiliares de enfermagem,

é sobre esse tema também que quero abordar neste plenário.

Quero registrar sr. presidente, a nossa participação semana passada, em Brasília, visitando algumas personalidades e principalmente o Congresso Nacional, na luta pela aprovação da jornada de 30 horas semanais para a enfermagem brasileira.

O projeto de lei n. 2.295/2000, que já foi aprovado no Senado Federal, conhecido em todo o Brasil como Projeto de Lei 30 horas, que é a jornada estabelecida para os enfermeiros, enfermeiras, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, inclusive a Organização Internacional do Trabalho - OIT -, da Organização das Nações Unidas - ONU -, recomenda essa jornada, argumentando que é melhor para os pacientes e para os trabalhadores da saúde do mundo inteiro”.

O mundo inteiro debate esse tema, em alguns países já acontece as 30 horas para a enfermagem, em Santa Catarina aprovamos nesta Casa 30 horas para a enfermagem nos hospitais, e serviços públicos do governo do nosso estado, alguns municípios, por exemplo, a minha cidade Blumenau, já tem 30 horas para a enfermagem, o mundo está debatendo esse tema, e nós queremos que seja votado rapidamente na Câmara dos Deputados, onde já está em pauta à votação desse projeto de lei.

(Continua lendo)

“Hoje, temos um contingente de 1,5 milhão de profissionais da enfermagem, que juntamente com as suas organizações representativas, solicitam aos srs. deputados federais que defendam a votação em Plenário do Projeto de Lei 30 horas.

O Fórum Nacional pelas 30 horas para a enfermagem brasileira realizou no último dia 16, uma reunião com o ministério da Saúde e também com o presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Henrique Alves.

A enfermagem de Santa Catarina também está mobilizada e participou dos encontros realizados neste mês de abril em Brasília.

Juntamente com a enfermeira Denise Pires de Pires e o deputado federal Décio Lima, estivemos

em reunião com o ministro das Relações Institucionais, deputado Ricardo Berzoini, com o líder do PT na Câmara Federal, deputado Vicentinho e com o presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Vicente Cândido, para que de uma vez por todas a Câmara dos Deputados votem esse projeto, e queremos também que o governo sancione o projeto, porque é um assunto debatido há muito tempo e defendemos que temos que ter 30 horas para a enfermagem brasileira”.

Está havendo negociações constantemente com o ministério da Saúde para que isso aconteça de forma escalonada, e queremos que esse projeto de lei seja votado o mais rápido possível, porque temos certeza de que votando as 30 horas para a enfermagem vamos ter inclusive melhoria no atendimento à população.

Destacamos também que os profissionais da área da enfermagem merecem esse reconhecimento, somos grande maioria no nosso país, temos o exemplo do que vai acontecer na campanha de vacinação contra a gripe.

Esses profissionais são em grande número, mas ainda recebem baixos salários e têm uma carga horária extenuante.

Por isso a nossa defesa e queremos que isso aconteça o mais rápido possível, ainda no mês de maio, dando um presente para a enfermagem brasileira a votação do PL das 30 horas, que está na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero, na manhã de hoje, ressaltar dois municípios importantes de Santa Catarina que estão de aniversário: o município de Palhoça, aqui ao lado, e o município de Forquilha, no sul do estado, que está fazendo 25 anos de emancipação, uma

cidade muito próspera, organizada, que tem o seu nome originário quando se juntam dois rios, criando uma forquilha, que é o rio Mãe Luzia e o rio São Bento, muito conhecidos no sul do estado.

Forquilha é conhecida pelo trabalho da sua gente, pela cultura alemã, pela cultura italiana. É um município que tem também atividade econômica além da agricultura, é um dos maiores produtores de arroz de Santa Catarina, de carvão, que tem uma agroindústria muito forte, criando um polo metalmeccânico ao longo desses 25 anos, com uma economia bastante robusta.

Por isso a comemoração do aniversário de Forquilha neste final de semana deve atrair muitas pessoas para aquela cidade. E nós estaremos também, na noite de hoje, na Câmara de Vereadores daquele município participando de uma homenagem que será feita a várias pessoas em nome de uma cidadã forquilhaense conhecida mundialmente, a médica pediátrica Zilda Arns Neumann, a dra. Zilda, conhecida mundialmente pelo seu trabalho de ajuda humanitária e símbolo de eficiência ao combate à fome, à desnutrição, à miséria e, principalmente, à mortalidade infantil. Foi a idealizadora de todo um trabalho junto à Pastoral da Criança que salvou muitas vidas no Brasil inteiro, que foi reconhecido pela ONU pela luta que tem pela vida, principalmente no combate à mortalidade infantil e à subnutrição no mundo inteiro.

A Câmara de Vereadores de Forquilha criou uma medalha para homenagear, primeiramente, a sua cidadã Zilda Arns Neumann, a médica pediátrica, pelo trabalho que fez. E essa medalha está sendo concedida como a maior honraria do município de Forquilha a pessoas ou instituições, a entidades que desenvolvem um trabalho humanitário, seja ele no município de Forquilha, seja ele em outras cidades.

Por isso é sempre bom ver que as pessoas de bem deste estado, que os bons exemplos, como foi a dra. Zilda Arns, não são esquecidas pela sociedade. E aí quero aqui referenciar a Câmara de Vereadores de Forquilha, todos os seus líderes,

seus vereadores por este reconhecimento. E na noite de hoje, estará sendo homenageada uma grande liderança, a empresária e líder comunitária Miriam Hoepers, que vai receber essa medalha.

O promotor Gabriel Ricardo Zanon Meyer também será homenageado pela Câmara de Vereadores com a Medalha Zilda Arns Neumann, assim como as Irmãs Escolares de Nossa Senhora, que prestam um trabalho na educação muito forte no sul do estado, e também a Associação Beneficente Abadeus.

O Instituto Guga Kuerten, bem como, *in memoriam*, o médico João José Cândido da Silva serão também homenageados hoje à noite, na Câmara de Vereadores de Forquilha, durante o aniversário da cidade, com a Medalha Zilda Arns Neumann. E O dr. José Cândido da Silva será homenageado pelo trabalho que fez pela saúde e também na assistência social de Santa Catarina.

Em nível nacional, o município de Forquilha está homenageando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como também a Frente Parlamentar da Primeira Infância.

Então, quero aproveitar a oportunidade para me irmanar, primeiro, às homenagens que estarão sendo feitas através da outorga da medalha Zilda Arns Neumann pelo município de Forquilha, na noite de hoje, bem como também à comemoração dos 25 anos de emancipação política de Forquilha, que é um município ícone em termos de empreendedorismo, de trabalho e de organização comunitária.

Fica aqui, em nome da Câmara Municipal de Vereadores e do prefeito Vanderlei Alexandre, os nossos cumprimentos a todo o povo forquilhense pela passagem dos seus 25 anos de emancipação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha.) - Deputado, antes de v.exa. entrar no próximo assunto, permita-me fazer o registro da presença dos alunos do 1º e 3º anos do ensino médio da Escola Básica José Clemente Pereira, da cidade de José Boiteux, que estão visitando o nosso plenário acompanhados do professor o Egídio Fusinato.

Sejam todos bem-vindos! Eu vejo que já estão de saída, mas não poderia deixar de fazer o registro da presença de vocês.

Continua com a palavra v.exa., deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero também cumprimentar os estudantes de José Boiteux, uma cidade importante de Santa Catarina.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa! Sempre é bom quando recebemos a visita de estudantes. Esta é a Casa do Povo e é aqui que são feitas as leis e as normas que administram e fiscalizam o estado de Santa Catarina.

Quero, deputado Taxista Voltolini e deputada Ana Paula - e v.exa. aprovou, hoje, uma moção de apoio aos avicultores -, dizer que a avicultura é uma área econômica em que Santa Catarina é polo. Mas é preciso reconhecer quem está na base da cadeia produtiva, que é o avicultor que passa a noite acordado cuidando das aves para que depois toda uma cadeia produtiva dos mercados interno e externo possa seguir em frente. E essa base da cadeia não está sendo reconhecida e quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima pela preocupação que está tendo com esse setor da nossa agropecuária.

Gostaria de dizer que ontem estive numa audiência com o novo presidente da Casan, engenheiro Valter Gallina, entregando-lhe uma cópia do relatório da audiência pública que fizemos no município de Turvo, no final do último ano, sobre a barragem do Rio do Salto.

Esta é mais uma daquelas obras que se estendem ao longo de 30 anos e que para sair do papel é tão difícil. E a população espera, perde dinheiro, perde qualidade de vida. Nós temos oito cidades que estão com deficiência no abastecimento de água, na qualidade e na quantidade, e essa barragem não consegue sair do papel.

É preciso reconhecer que o governador Raimundo Colombo, um dos últimos governadores de Santa Catarina, foi o primeiro que botou dinheiro lá: foram gastos R\$ 19 milhões para indenizar os proprietários da obra. Todos estão indenizados,

essa parte está resolvida, mas mesmo assim a obra tem dificuldades.

E nós estivemos ontem entregando um relatório de uma audiência pública que contou com mais de 800 pessoas, e o pedido é que essa obra saia do papel. Ela é crucial para o abastecimento de água de oito cidades: Meleiro, Timbé do Sul, Turvo, Araranguá, Ermo, todos dependem desta cidade para o seu abastecimento.

Também é uma barragem que vai ter múltiplo uso, a agricultura também pode se utilizar desta barragem. Nós, lá do extremo sul, estamos muito próximos entre a serra e o mar, e os nossos rios esvaziam muito rapidamente, por isso a estratégia de construção de barragens é necessária.

Ontem estivemos na Casan, reforçando o pedido para agilização dos processos da construção desta barragem. Tivemos a notícia de que um novo estudo de impacto ambiental está sendo contratado pela Casan, em função de que o Ministério Público Federal não aceitou o estudo feito pela Fatma e nem a licença ambiental da Fatma.

O Ministério Público ignorou a licença dada pela Fundação Estadual de Meio Ambiente e exigiu um novo estudo que agora, dia 06, está sendo contratado pela Casan e o ministério da Integração, que há mais de cinco anos o governo federal está disponibilizando o recurso, mas o governo do estado, através da Casan, não tem tido condições de licitar esta obra.

Está faltando um pouco mais de determinação do governo do estado, e agora o ministério da Integração disponibilizou mais R\$ 40 milhões, totalizando R\$ 100 milhões para a contratação dessa obra.

Nós estamos atentos aqui na Assembleia Legislativa. Vamos cobrar as ações para que o mais breve possível possamos contar com esse benefício, e a população, de mais de 90 mil habitantes, possa ser atendida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, Especial, para hoje, às 15h, em homenagem ao sr. Divaldo Pereira Franco. Todos os srs. deputados estão convidados a participar desta sessão.

Está encerrada a sessão.